INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

Conceito De Direito



CONCEITO DE DIREITO

- "conjunto de *regras obrigatórias* que disciplinam a convivência social humana"
- "é um conjunto de <u>preceitos impostos</u> a todos os homens pela necessidade da manutenção da ordem social"
- "O direito é o igual múltiplo de si mesmo" (Pitágoras)

CONCEITO DE DIREITO

"Direito é a concretização da idéia de justiça na pluridiversidade de seu dever ser histórico, tendo a pessoa como fonte de todos os valores" (Miguel Reale, Lições Preliminares de Direito, p. 67, Saraiva, S. Paulo, 2005).

DIREITO OBJETIVO

I. NOÇÕES PRELIMINARES:

São realidades culturais garantidas pela sociedade e pelo Estado.

. As estruturas normativas ou modelos jurídicos se positivam como uma realidade objetiva.

(Miguel Reale, in Lições Preliminares de Direito)

Direito Objetivo (norma agendi)

O DIREITO OBJETIVO é a norma ou o conjunto de normas de conduta.

(Orlando de Almeida Secco, , in Introdução ao Estudo do Direito, 2002, p. 37)

Conjunto de normas jurídicas escritas e não escritas, independente do momento do seu exercício e aplicação concreta, para reger as relações humanas, e que são obediência de todos.

O Direito Objetivo é sempre um conjunto de normas impostas ao comportamento humano, autorizando o indivíduo a fazer ou não fazer algo.

(Maria Helena Diniz, in Compêndio de Introdução à Ciência do Direito, 2006, p.250-251)

DIREITO SUBJETIVO

I. NOÇÕES PRELIMINARES:

"sec. XIV - direito como atributo da pessoa, (*Paulo Nader*)

O direito individual: poder de agir e a condição de reclamar em juízo.

II. CONCEITO

É a permissão, dada por meio de normas jurídicas válidas, para FAZER ou NÃO FAZER alguma coisa, para TER ou NÃO TER algo, ou, ainda, a AUTORIZAÇÃO para exigir, por meio dos órgãos competentes do Poder Público, através de processos legais, em caso de violação da norma, o cumprimento da norma violada ou a reparação do mal sofrido.

(Golfreddo Telles Jr, citado por Maria Helena Diniz)

II. CONCEITO

É a permissão dada por meio de normas válidas para FAZER ou NÃO FAZER, TER algo ou exigir o cumprimento do que for violado

(Daniel Coelho de Souza)

É a faculdade de buscar uma garantia jurídica em face de um interesse protegido pelo Direito.

(Groppali)

DIREITO SUBJETIVO

O exercício do DIREITO SUBJETIVO exige CAPACIDADE, LEGITIMIDADE e INTERESSE.

Portanto, é muito mais do que uma simples relação de permissividade, como dá a entender a professora Maria Helena Diniz.

O TRÍPLICE ASPECTO:

- 1) Direito-Interesse: a vida, a propriedade
- 2) Direito-Poder: vontade
- 3) Direito-Relação: ligação do objeto ao sujeito

(Prof.André Franco Montoro)

"Dia chegará em que nosso único direito será o direito de cumprir o nosso dever ... A idéia do Direito Subjetivo desaparecerá".

(Leon Duguit)

O Direito Subjetivo seria o próprio Direito Objetivo. "A norma impõe o dever. E só em seguida declara o poder de agir".

(Hans Kelsen)